

RECURSO ESPECIAL Nº 1.519.432 - SC (2015/0053279-6)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **MANOEL MARCHETTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**
ADVOGADOS : **OSWALDO JOSÉ PEDREIRA HORN - SC001203**
: **RAFAEL DE ASSIS HORN E OUTRO(S) - SC012003**
: **HÉLIO DE MELO MOSIMANN - SC016105**
RECORRENTE : **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**
RECORRIDO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por MANOEL MARCHETTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. EXECUÇÃO DA SENTENÇA. EXCLUSÃO DA COBERTURA VEGETAL DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DA INDENIZAÇÃO. CORRETA INTERPRETAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO. ERRO MATERIAL QUANTO À BASE DE INCIDÊNCIA DOS JUROS.

Segundo o comando do título executivo, da indenização deve ser afastada apenas o valor correspondente à cobertura vegetal da área de preservação permanente, e não da terra nua.

Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício, a qualquer tempo e grau de jurisdição.

Hipótese em que os juros compensatórios devem ser calculados sobre o valor simples da indenização, consoante os fundamentos da sentença exequenda, que coincidem com o teor da Súmula 74 do TFR" (fl. 1.000e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração pelo particular (fls. 1.007/1.012e) e pelo INCRA (fls. 1.014/1.017e), os quais restaram parcialmente acolhidos, tão somente para fins de prequestionamento, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRARIEDADE À TESE. PREQUESTIONAMENTO.

1. Os embargos declaratórios não são a via adequada para o reexame de matéria já discutida, e apenas quando efetivamente houver contradição, omissão, obscuridade ou erro material, é que se mostra

legítimo o seu manejo.

2. Não é necessário ao julgador enfrentar os dispositivos legais e constitucionais citados pela parte, ou obrigatória a menção dos dispositivos legais e constitucionais em que fundamenta sua decisão, desde que enfrente as questões jurídicas postas na ação e justifique o seu convencimento" (fl. 1.028e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 128, 293, 460, 463, 471, 473 do CPC/73, sustentando que: a) não sendo o suposto 'erro material' evidente, porém dependente de interpretação ou ilações do juízo exequente – *in casu*, realizada de forma equivocada (*data venia*) pelo Tribunal *a quo* -, não há como invocá-lo de ofício sem violar os arts. 128, 293, 460, 471 e 473, CPC" (fl. 1.045e); b) "no máximo, poder-se-ia estar diante de um erro de julgamento, o que não permite a revisão de ofício a qualquer momento, em razão da formação da coisa julgada" (fl. 1.046e); c) "apenas na parte dispositiva é que o MM. Juiz adentrou no tema atinente à fórmula de cálculo dos juros, não existindo fundamentação acerca dos motivos/razões que levaram o magistrado a adotar um ou outro entendimento sobre a questão, de modo que a questão não poderia ser aventada de ofício pelo Juízo exequiêndo" (fl. 1.048e); d) "não se pode conceber, por conseguinte, que prevaleça o entendimento almejado pelo Tribunal *a quo*, construído sobre convicção pessoal de seus julgadores acerca da 'real intenção' do juiz prolator da sentença na desapropriatória, para estabelecer que os juros compensatórios incidam conforme a superada Súmula 74, do extinto TFR" (fl. 1.050e); e) "o E. TRF4, ao concluir pela ocorrência de erro material (que sequer existe, pois o erro há de ser evidente e não pode depender de interpretação complexa) e determinar que o cálculo dos juros compensatórios seguisse o disposto na Súmula 74 do extinto TFR, *permissa venia*, alterou (sob a justificativa de interpretar!) parte da sentença exequiênda que possui conteúdo decisório inequívoco, no sentido de que os juros compensatórios fossem efetivados consoante critério de cálculo diverso daquele contido na inicial da execução e não embargado pelo INCRA, violando frontalmente o art. 463, CPC" (fl. 1.059e).

Alega, ainda, ofensa ao art. 535, I e II, do CPC/73, argumentando que o Tribunal de origem deixou de se manifestar acerca da: a) omissão e contradição quanto à inexistência de fundamentação sobre os juros compensatórios (matéria tratada apenas no dispositivo da sentença); b) omissão quanto à inexistência de erro material, e sim contradição, havendo julgamento **ultra petita**; c) omissão quanto à impossibilidade de retificação de erro material com modificação de efeitos decisórios; d) omissão quanto à sensível diminuição do valor da execução e o princípio constitucional da justa indenização; e) omissão quanto à circunstância de que a aplicação da cancelada Súmula 74/TFR implicaria em deixar o débito

sem correção monetária durante considerável período.

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrrazões a fls. 1.153/1.158e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 1.162e).

O Ministério Público Federal, por meio do parecer de fls. 1.187/1.192e, opina pelo não provimento do Recurso Especial.

A irresignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Embargos opostos pelo INCRA, em face da execução de sentença proferida nos autos de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, "por meio da qual Manoel Marchetti Ind. e Com. Ltda. objetiva o recebimento de R\$ 40.078.042,22 (quarenta milhões setenta e oito mil quarenta e dois reais e vinte e dois centavos), a título de indenização pela perda da propriedade de suas terras" (fl. 993e).

Julgada procedente, em parte, a demanda, recorreram o autor e o réu, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Em relação ao art. 1.022 do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.666.265/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018; STJ, REsp 1.667.456/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2017; REsp 1.696.273/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017.

Nos termos do entendimento manifestado por esta Corte, "o erro material é aquele perceptível sem a necessidade de maior exame da sentença ou do acórdão e que produz dissonância evidente entre a vontade do julgador e a expressa no julgado" (STJ, REsp 91.999/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ de 19/12/2002, p. 453).

Na hipótese, concluiu o Tribunal de origem:

"No caso, o MM. Juízo *a quo* efetivou a correção de erro material existente na sentença exequenda, no que pertinente aos juros compensatórios, cuja superação, não há negar, mormente em face do preceito constitucional da justa indenização, pode ser feita de ofício a

qualquer tempo e grau de jurisdição.

(...)

O erro foi identificado pelo MM. Juízo *a quo* na seguinte oração do dispositivo da sentença exequenda:

O Expropriante deverá pagar ainda:

a) Juros compensatórios a taxa de 12% (doze por cento) ao ano (Súmula 618 do STF), até 13 de junho de 1997 e a partir daí à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, em face do contido no art. 3º da MP nº 1577/97. Os juros contar-se-ão da imissão na posse, calculados até a data do laudo sobre o valor simples da indenização, e desde então, sobre o valor atualizado monetariamente (Súmula nº 113 do STJ) Grifei

De fato, como se vê claramente na parte grifada do trecho da sentença acima coligido, o Magistrado ao julgar a Desapropriação, muito embora tenha fundamentado a incidência dos juros compensatórios sobre o valor simples da indenização, desde a imissão na posse até a data do laudo e, após, sobre o valor atualizado monetariamente, o que corresponde ao entendimento consolidado na Súmula nº 74 do TFR, consignou erroneamente entre parênteses a Súmula nº 113 do STJ, que trata de maneira diversa a mesma matéria. Para bem esclarecer a controvérsia, colho o teor da Súmula 74 do TFR, que espelha a solução dada pelo MM. Juízo da expropriatória:

Súmula nº 74 - 10-03-1981 - DJ 19-03-81 Juros Compensatórios na Desapropriação - Cálculo

Os juros compensatórios, na desapropriação, incidem a partir da imissão na posse e são calculados, até a data do laudo, sobre o valor simples da indenização e, desde então, sobre referido valor corrigido monetariamente. Grifei

E em sentido diverso vai a Súmula 113 do STJ, cujo número foi erroneamente consignado ao lado da fundamentação, a saber:

Os juros compensatórios, na desapropriação direta, incidem a partir da imissão na posse, calculados sobre o valor da indenização, corrigido monetariamente.

Apesar do claro equívoco, nunca houve inconformidade das partes quanto a este ponto, não obstante os inúmeros recursos promovidos às instâncias superiores.

Nesta fase processual, com efeito, não mais é cabível discutir o mérito da base de incidência dos juros compensatórios a ser aplicada, cumprindo, unicamente, a adequação dos cálculos ao efetivo comando da sentença, e neste mister, tenho, assim como o MM. Juízo a quo, que deve ser observada a regra que foi expressamente consignada no dispositivo da Ação de Desapropriação, e que estabeleceu a incidência dos juros compensatórios sobre o valor simples da indenização até a data do laudo (junho de 1997) e, após, sobre o valor corrigido monetariamente.

E não se trata de fazer interpretação gramatical, como alega a apelante, mas de **promover a correta interpretação do julgado, evitando-se assim o acréscimo indevido ao patrimônio da parte expropriada, bem como a violação do princípio constitucional da justa indenização.**

Ademais, muito embora a Súmula 113 do STJ já estivesse em vigor quando a ação desapropriatória foi sentenciada, a sua aplicação não era compulsória.

Além disso, a fundamentação foi expressamente promovida no sentido de que a incidência dos juros seria sobre o valor simples da indenização até a data do laudo, o que denota, claramente, ser este o comando a ser observado, e não sucumbe frente ao equívoco material de ter o Magistrado transcrito logo em seguida o número de Súmula do STJ que dispõe em sentido diverso.

Por fim, vale ainda consignar que a ausência de aspas na oração que resolve a base de cálculo para incidência dos juros compensatórios, diferentemente do que alega a parte recorrente, demonstra é a verdadeira convicção do Magistrado que, mesmo tendo ciência da existência da Súmula 113 do STJ, determinou literalmente pela incidência dos juros compensatórios sobre o valor simples da indenização até a data do laudo e, após, sobre o valor corrigido, o que está de acordo é com o disposto na Súmula 74 do TFR.

Desta feita, ainda que contrário aos interesses dos exequentes, tenho que deve ser mantida a fundamentação feita pelo Magistrado da execução, no sentido de que os juros compensatórios observem a Súmula 74 do TFR" (fls. 996/997e).

Conforme se depreende do excerto colacionado, concluiu o Tribunal de origem que "não se trata de fazer interpretação gramatical, como alega a apelante, mas de promover a correta interpretação do julgado, evitando-se assim o acréscimo indevido ao

patrimônio da parte expropriada, bem como a violação do princípio constitucional da justa indenização".

Contudo, verifica-se que a parte recorrente não atacou, via Recurso Extraordinário, o referido fundamento constitucional. Assim, existindo fundamento de índole constitucional, suficiente para manutenção do aresto recorrido, cabia à parte recorrente a interposição do mencionado Agravo, de modo a desconstituí-lo, ausente essa providência, o conhecimento do Especial esbarra na censura da Súmula 126/STJ, segundo a qual, "é inadmissível Recurso Especial, quando o acórdão recorrido assenta-se em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário".

A propósito, confira-se:

PROCESSUAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO. "DIREITO FUNDAMENTAL DO PARTICULAR. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDAMENTADO EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. Hipótese em que o Tribunal de origem asseverou que "a r. sentença violou o direito fundamental do particular de receber justa indenização por seu bem expropriado (art. 5º, XXIV, da CR)" (fl. 387, e-STJ).
2. Não obstante a existência de fundamento constitucional, o recorrente limitou-se a interpor Recurso Especial, deixando de apresentar o Extraordinário, de competência do Supremo Tribunal Federal. Óbice da Súmula 126/STJ.
3. Ademais, a questão da prescrição, nos moldes como pretende o agravante, com a possível violação do art. 1º do Decreto 20.910/32, não foi objeto de debate na instância de origem, mesmo após a oposição de Embargos de Declaração. Persistindo a omissão, cabia ao recorrente ter alegado, nas razões do Recurso Especial, violação ao art. 535 do CPC, ônus do qual não se desincumbiu. Aplicação da Súmula 211/STJ.
4. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 617.823/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/04/2015).

Além disso, a reversão do entendimento adotado pelo Tribunal **a quo**, no sentido de que "a fundamentação foi expressamente promovida no sentido de que a

incidência dos juros seria sobre o valor simples da indenização até a data do laudo, o que denota, claramente, ser este o comando a ser observado", demandaria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO. EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ERRO MATERIAL NOS CÁLCULOS DA EXECUÇÃO. CORREÇÃO PARA ADEQUAÇÃO AO COMANDO DO JULGADO. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO QUE DIRIMIU A CONTROVÉRSIA COM BASE NO ACERVO FÁTICO DA CAUSA. REFORMA. INVIABILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO

1. O Tribunal a quo apenas corrigiu erros materiais constatados nos cálculos adequando-os à sentença transita em julgado, sendo certo que a revisão dos fundamentos que levaram a tal entendimento demandariam nova apreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 7 do STJ.
2. Os cálculos apresentados pela contadoria do juízo devem prevalecer, pois conforme a tabela juntada às fls. 196 os erros materiais apontados pelo expert foram sanados com a realização de novos cálculos.
3. É assente neste Tribunal que o juiz pode utilizar-se do contador quando houver necessidade de adequar os cálculos ao comando da sentença. (REsp 337547/SP, Rel. Ministro Pulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 17.05.2004).
4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 539.457/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 07/10/2015).

Por fim, em relação à alegada divergência jurisprudencial, também não merece prosperar a irresignação, pois incide o mesmo óbice sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada

Superior Tribunal de Justiça

a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora